Desafios para a Educação no Campo

Cátedra de Educação Básica IEA
Instituto Itaú Social

Profa. Dra. Cláudia Passador
Docente da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEARP/USP)
Centro de Estudos de Gestão e Políticas Públicas (GPUBLIC)

Foto: Um pé de Andiroba: classe multisseriada (Claudia Passador, interior da Bahia, 2015)

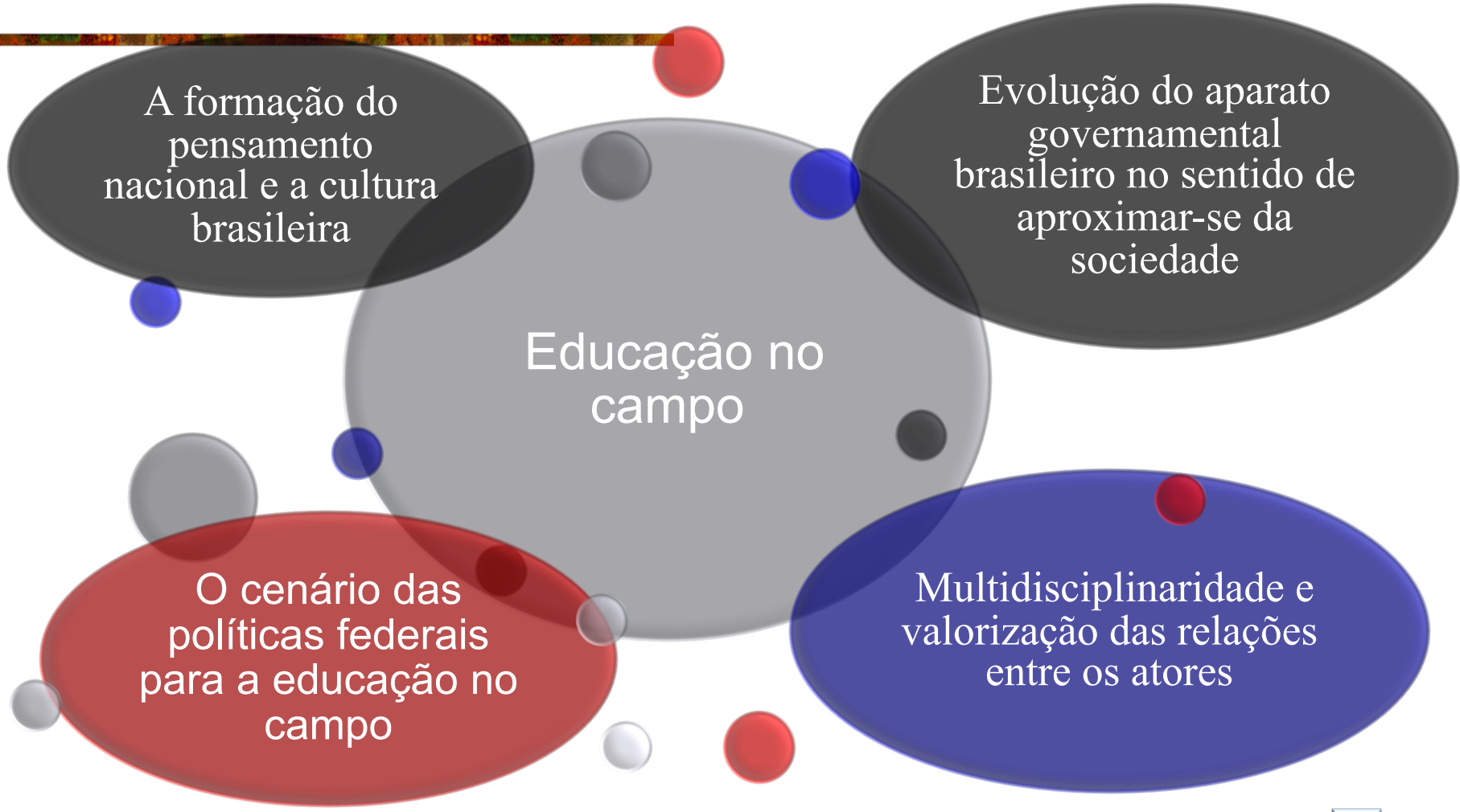
Desafios para a Educação no/do Campo

A partir do olhar sobre a construção da cultura brasileira no período colonial e da institucionalização do regime democrático, o objetivo do minicurso é mapear o cenário das políticas federais para a educação no campo, identificando os principais atores envolvidos no mesmo, bem como os processos de colaboração estabelecidos.

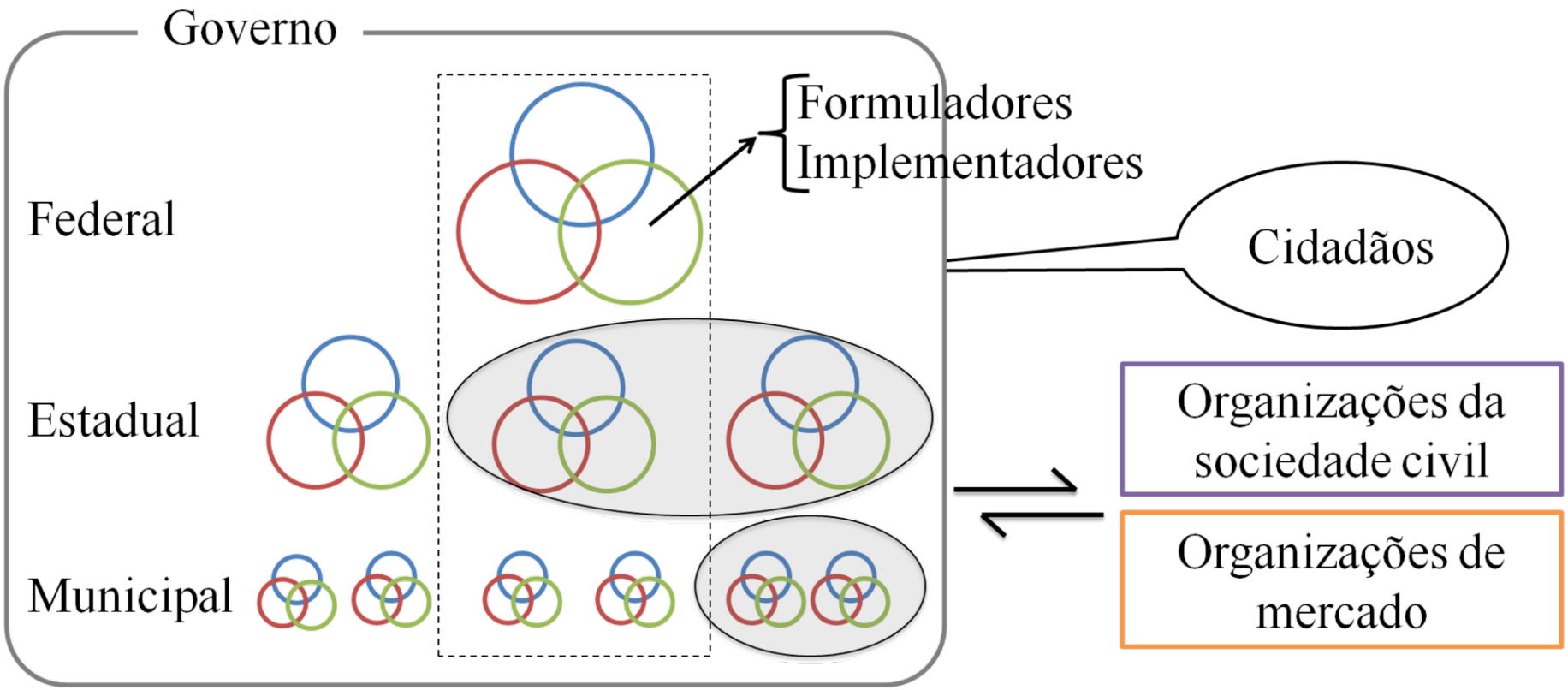
- Analisar a influência da cultura brasileira na contraposição entre ruralidade e urbanidade;
- Mapear a construção do movimento educação no campo no país e a legislação pertinente;
- Discorrer sobre as políticas públicas de educação no campo dos últimos 20 anos;
- Discutir os desafios para o futuro.

Passador, C. S. *Observações sobre educação no campo e desenvolvimento no Brasil* São Paulo: Annablume; Brasília: INEP-CAPES-IPEA, 2015. Cátedra Anísio Teixeira.

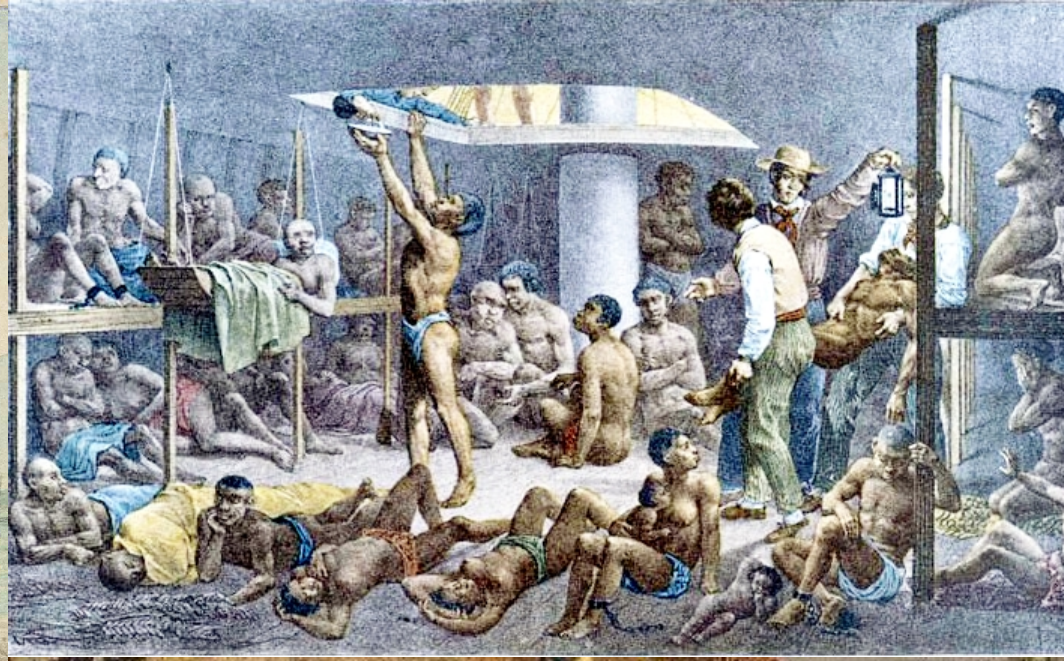
Mapa conceitual

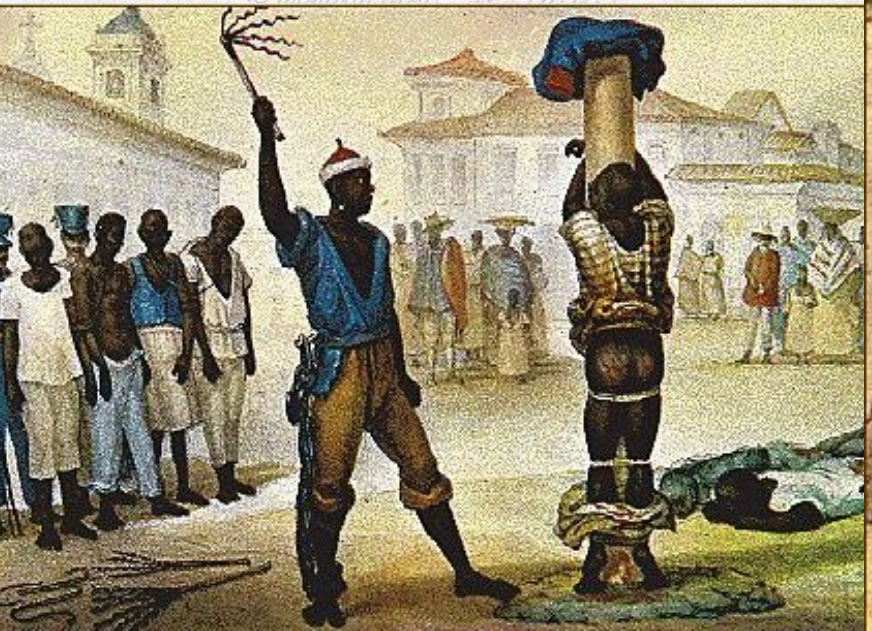


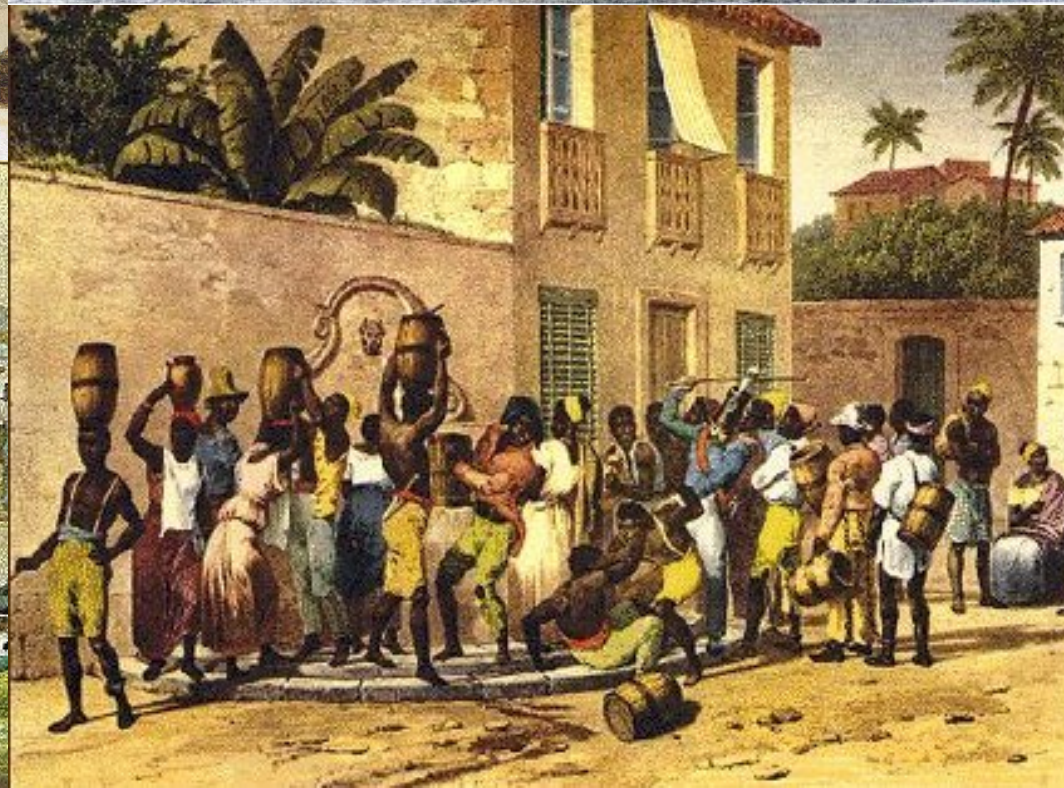
Colaboração na Gestão Pública



J. B. Debret
Rio de Janeiro 1823







O Indígena na Formação da Família Brasileira

- 5 milhões de índios no Brasil na época do Descobrimento;
- Portugal com pouco mais de 3 milhões de habitantes na época do descobrimento;

O Português e o Mouro

- Fluxo e refluxo - conquista e reconquista;
- Mestiços Europeu;
- Contribuições importantes na agricultura;

Origem dos Negros Brasileiros

- Primeiro grupo
  - cultura sudanesa (Yoruba ou nagô, Dahomey ou gegê e os Fanti-Ashanti ou minas);
- Segundo grupo
  - culturas islamisadas (os Peuhl, os Mandinga e os Haussas do norte da Nigéria);
- Terceiro grupo
  - culturas congo-angolesas (os Bantu);

Organização Social da Colônia (Caio Prado)

- Sistema econômico colonial era asfixiante;
- Grande proprietário domina e dirige:
  - Autoridade pública é fraca e distante;
  - Igreja também dependente do grande proprietário de terras;
  - Pequenas diferenças nas regiões.

A EPOPÉIA LUSITANA

Como a família real portuguesa fugiu da Europa, atravessou o oceano Atlântico e se instalou na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

CARLOTA JOAQUINA
Além de não gostar de viver no Brasil, a princesa espanhola sonhou em vão ser a "Regente de Todas as Américas".

LISBOA

ILHA DA MADEIRA

1 A família real deixa Lisboa no dia 29 de novembro de 1807, escoltada por quatro naus da Marinha inglesa. O vento empurra o comboio para o norte.

2 Três dias depois, começa a viagem rumo ao sul. Ao chegar à ilha da Madeira, uma tempestade separa os navios. Os príncipes seguem para Salvador.

3 No fim de dezembro, uma calmaria paralisa as embarcações na altura do Equador. Para percorrer 30 léguas, as naus levam 10 dias – percurso feito em 10 horas.

4 Em 17 de janeiro de 1808, a nau *Medusa* atraca no Recife com problemas no casco. Três dias antes, a outra comitiva tinha alcançado o porto do Rio de Janeiro.

5 Depois de 54 dias no mar e 6,4 mil quilômetros percorridos, os príncipes chegam a Salvador no dia 22 de janeiro de 1808. A corte fica 36 dias na Bahia.

6 A comitiva de dom João chega ao Rio de Janeiro no começo da tarde de 7 de março de 1808 e desembarca no dia seguinte. Os festejos duram nove noites.

Revolta dos Beckman, 1684 (Maranhão)

Guerra dos Mascates 1710 (Pernambuco)

Revolução Pernambucana, 1817

RECIFE

Conjuração Baiana, 1798

Revolta de Vila Rica, 1720 (Minas Gerais)

Inconfidência Mineira, 1789

SALVADOR

RIO DE JANEIRO

Guerra dos Emboabas, 1708 (Minas Gerais e São Paulo)

INTEGRIDADE TERRITORIAL
A presença da família real no Brasil impediu a fragmentação do território em pequenos países, como aconteceu com os vizinhos espanhóis. De 1500 a 1822, quando se tornou independente, a América portuguesa foi palco de sete revoluções (assinaladas à direita), que ameaçaram a integridade física da colônia.

Movimentos nativistas

Movimentos emancipacionistas

DOM JOÃO VI
Exímio estrategista político, o príncipe regente planejou a fuga da família, elevou a colônia a reino e foi coroado em 1818.

Not 1

Fachada do Real Teatro São João

Quinta da Boa Vista

Biblioteca Nacional

Casa França-Brasil

Jardim Botânico

Not 1

Administração Pública na Colônia (Caio Prado)

- A administração portuguesa ignorava separação das funções e poderes estatais, bem como relações externas e jurídicas;
- Delegação de poder do rei: nasce a divisão das funções, porém mais formal que funcional;
- Cartas de lei, alvarás, cartas e provisões régias: conjunto embaralhado;
- Mesmos cargos, nomes diferentes, funções específicas, visão imediatista;
- Ninguém sabia ao certo o que era permitido ou proibido.

SCÈNE DE CARNAVAL.

Brasil

- Fatores preponderantes: *escravidão e monocultura;*
- Senhores: viris somente no sexo;
- Forte papel do mestiço e do escravo;
- Patriarcado;
- Patrimonialismo.

*Filme: Carlota Joaquina, Princesa do Brasil (direção Carla Camurati, 1995)

O Homem Cordial:
O Amor é tão Cordial quanto o ódio

- Discurso Positivo
  - Sintetiza o nosso lado simpático, alegre, cordial;
  - Beleza sensualidade, cheio de possibilidade;
  - Elemento que humaniza as relações;
  - Torna os iguais mais iguais;
  - É um elemento pessoal não institucional;
  - Se tornou um meio legítimo de fazer frentes às crises;

- Discurso negativo
  - Usado pela política para esconder contradições sociais;
  - Cumplicidade apenas com a família;
  - Falta de Isonomia;
  - Corrupção.

"O que é defeito na colônia pode se converter em qualidade na nação, inovação em civilizações recém formadas, bem como seu papel empreendedor." Caio Prado Junior

A história brasileira é uma história feita sem ruptura significativa com a orientação que vem da colônia.

Sérgio Buarque de Holandana "O BRASIL: IDENTIDADE PRÓPRIA"

Brasil

- Naturalização da Desigualdade;
- Desenvolvimento apenas como Tecnologia;
- Forte influência positivista;
- Contraposição (Raymundo Faoro):

Modernidade X Modernização

*Literatura: Os Maias (Eça de Queiroz)

Brasil de fato

Rural x Urbano

A riqueza que vem da terra (monocultura)

+

A riqueza que vem da indústria (urbano)

Livro: Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula (José Eli da Veiga, 2002)

O que é rural?

- A definição oficial brasileira de rural e de urbano desconsidera a mensuração de características como o tamanho populacional, ocupação e renda. A classificação baseia-se nas áreas, cuja a população é classificada como rural ou urbana de acordo com a localização de seu domicílio. Para o IBGE, são urbanas as sedes municipais (cidades) e as sedes distritais (vilas), cujos perímetros são definidos por lei municipal. Também são consideradas urbanas as áreas urbanas isoladas, igualmente definidas por lei municipal, porém, separadas das cidades ou das vilas por área rural ou outro limite legal (IBGE, 2010).

- Camarano e Abramovay (1999), Campanhola e Graziano da Silva (2000) e Veiga (2002), discutem que essa forma de classificação subestima a população rural do país, pois muitas sedes de município consistem na aglomeração de um número pequeno de pessoas, cujas atividades são totalmente relacionadas ao contexto rural.

Cenário brasileiro

Educação Rural

(preparação da mão de obra para o mercado de trabalho; êxodo rural e modernização industrial e tecnológica)

X

Educação no Campo

(educação como direito para cidadãos em áreas rurais; educação do campo e no campo)

	Contexto histórico da Educação no Brasil	Contexto da Transformação da Educação Rural para Educação no Campo no Brasil
Início do século XX	▪ Educação elitista – Jesuítas ▪ 1930: Criação do Ministério da Educação – responsabilidade do Estado em prover educação pública	▪ Início da educação rural, em 1889, através da Pasta de Agricultura, Comércio e Indústria ▪ Surgimento do Ruralismo pedagógico: visava fixar o homem ao campo
Década de 1950	▪ Educação definida conforme o modelo nacional-desenvolvimentista ▪ Mecanismo para o desenvolvimento objetivava a modernização da sociedade e formar recursos humanos	▪ Surgiu a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). ▪ Objetivo: estimular, através da Educação de Base, a adequação da população que vivia no campo ao plano de desenvolvimento econômico.
Década de 1960	▪ Lei 4.024 de 1961: preservação da educação nacional urbana ▪ Descentralização para os Estados dos ensinos primário e médio	▪ Deterioração da educação rural brasileira: Lei 4.024 de 1961. ▪ Educação rural - cargo das municipalidades - desconsiderava que as prefeituras municipais do interior não possuíam recursos humanos e financeiros para estruturar a educação rural.
Golpe Militar 1964	▪ Expansão do acesso ao ensino médio, no entanto, privilegiando a população urbana ▪ Foco no modelo desenvolvimentista	▪ Escolas rurais vinculadas a empresas (sem responsabilidade do governo) ▪ Modelo de Extensão Rural voltou a tomar forças e as professoras do ensino formal do campo foram substituídas por técnicos e extensionistas financiados pelas empresas

Década de 1970	▪ Educação para o desenvolvimento ▪ Viés centralizador pela esfera federal: visava ampliar o acesso através da expansão da rede de ensino ▪ Repressão aos movimentos estudantis ▪ Desenvolvimento do primeiro, segundo e terceiro grau no país, buscando formar quadros científicos e tecnológicos	▪ Políticas públicas voltadas para a educação rural muito precárias; em algumas regiões do país, era comum o Estado prover o transporte dos alunos para as escolas urbanas ou escolas "Núcleo". O cenário de baixa atenção às políticas públicas de educação rural a partir da década de 1960 - 1980 reforçou-se com o aumento dos índices de êxodo rural na época.
Década de 1990	▪ Crise econômica, social e fiscal ▪ Desintervencionismo estatal ▪ Reforma administrativa do governo ▪ LDB (1996): priorização do ensino fundamental e busca por aumento de vagas ▪ Responsabilização da educação aos estados e municípios (descentralização) sem o respectivo respaldo financeiro para ampliação de vagas ▪ Universalização do ensino no fim do século XX: política de redução do investimento público em educação ▪ Queda no nível de qualidade da educação	▪ Mudança no cenário rural: "novo mundo rural": determinação de limites entre o ambiente rural e urbano tornou-se complexa ▪ LDB regularizou adequações necessárias à educação rural
Anos 2000	▪ Emergência de políticas públicas participativas ▪ Novos processos de avaliação da educação básica pelo INEP ▪ Criação do Observatório Nacional da Educação em 2002	▪ Movimento social "Por uma Educação do Campo". Constituído pelos sujeitos sociais do campo, objetiva criar políticas públicas que visem renovar a chamada Educação Rural pela Educação do Campo ▪ Criação da SECADI ▪ Propõe incorporação do modo de vida do campo, aspectos culturais, sua organização própria de política

Educação no Campo no Brasil

- Histórico de desvalorização política do campo;
- Replicação do modelo educacional urbano;
- Políticas específicas a partir de 1998;
- Pronacampo: programa “guarda-chuva” integrando todos os vigentes, além de propor adequações ao meio rural a políticas de outras áreas, relacionadas à educação.

- Ferolla, Luna Marquez. *Processos colaborativos na gestão pública: estudo das relações estabelecidas no contexto do Programa Nacional de Educação do Campo.* Ribeirão Preto, 2013. 206 p. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Orientador: Passador, João Luiz.

Educação no Campo (2002)

- Modalidade de ensino com princípios da:
  - Agroecologia;
  - Trabalho como princípio educativo;
  - Identidade da agricultura familiar;
  - Associação comunitária;
  - Educação contextualizada e ambiental;
  - Formação integral.

Agricultura familiar produz 70% do que comemos e ocupa 74% da mão de obra disponível no campo. O Agronegócio produz 30% do que comemos, principalmente do que está nos produtos industrializados como enlatados mas ocupam 76% das terras produtivas no Brasil e 86% do crédito. A agricultura familiar ocupa 24 % da terra e apenas 14% do crédito.

Marcos do Movimento da Educação no Campo

- Constituição brasileira de 1988;
- Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 como modalidade de ensino;
- LDB Lei 9.394/96 Estabelece as Diterizes e Bases da Educação Nacional;
- Parecer N. 01/2006 Reconhece a Pedagogia da Alternância;
- Lei do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (2010);

Marcos do Movimento da Educação no Campo

- Decreto Federal N. 7.352/2010 – Art. 7. Organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região;
- Lei do FUNDEB N. 12695/12 Torna possível as parecrias com o poder público através do censo escolar;
- Nota técnica MEC N. 32/2013 Adota procedimentos junto ao INEP para distribuição de Recursos para Pedagogia de Alternância;
- Portaria N. 1071/2015 Regulamenta o cômputo das matrículas em Instituições Comunitárias do Campo;

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC)

Como assegura a Constituição Federal [1] no art. 205.

- Art. 205. *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

- SECADI tinha como objetivo:
  - Assegurar o direito à educação com qualidade e equidade, tendo políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão social.
  - Contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade sociocultural, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental.

  Desenvolvia ações no campo de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação Ambiental e em Direitos Humanos, Educação do Campo, Indígena e Quilombola e Educação para as Relações Étnico-Raciais.

-

SECADI

- As atribuições que competiam à Secadi estavam no decreto n.o 7.690, de 2 de março de 2012 [3],
- I – planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;
- II- implementar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, Estados, Municípios, Distrito Federal, e organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização e educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;

SECADI

- III – coordenar ações transversais de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas de que trata esta Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades; e

- IV – apoiar o desenvolvimento de ações de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas intersetoriais. (Brasil, 2012);

Fim da SECADI

- A extinção da Secadi por meio do Decreto no 9.465, de 2 de janeiro de 2019.

- Retrocesso no campo dos direitos educacionais e mostra-se como uma medida que vai na contra-mão do reconhecimento da diversidade, da promoção da equidade e do fortalecimento da inclusão no processo educativo.

Atores envolvidos em 2020 ?

- **ATORES GOVERNAMENTAIS**
  - Ministério da Educação (MEC) ?
    - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi)
      - Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais (Dpecadi)
        - Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo (CGEC)
  - Outras secretarias do MEC relacionadas: SEB, Setec, Sesu, Seres, Sase
  - Outros órgãos federais relacionados: MDA (SAF e SDT); MDF; MinC; MMA (SBF); MPA; MTE (SPPE e Senaes); Sepir; SExec.
  - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
  - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
  - Governos estaduais (governadores, secretarias de educação e suas subdivisões – como as regionais de ensino, no Distrito Federal)
  - Governos municipais (prefeitos e secretarias de educação)
  - Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)
  - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)
  - Escolas rurais (em diversas formatações, mas majoritariamente públicas)
  - Universidades Federais (destacam-se: Universidade de Brasília - UNB, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)
  - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)
  - Poder legislativo
    - Senadores e deputados federais e seus respectivos assessores
    - Frente parlamentar mista para a Educação no Campo

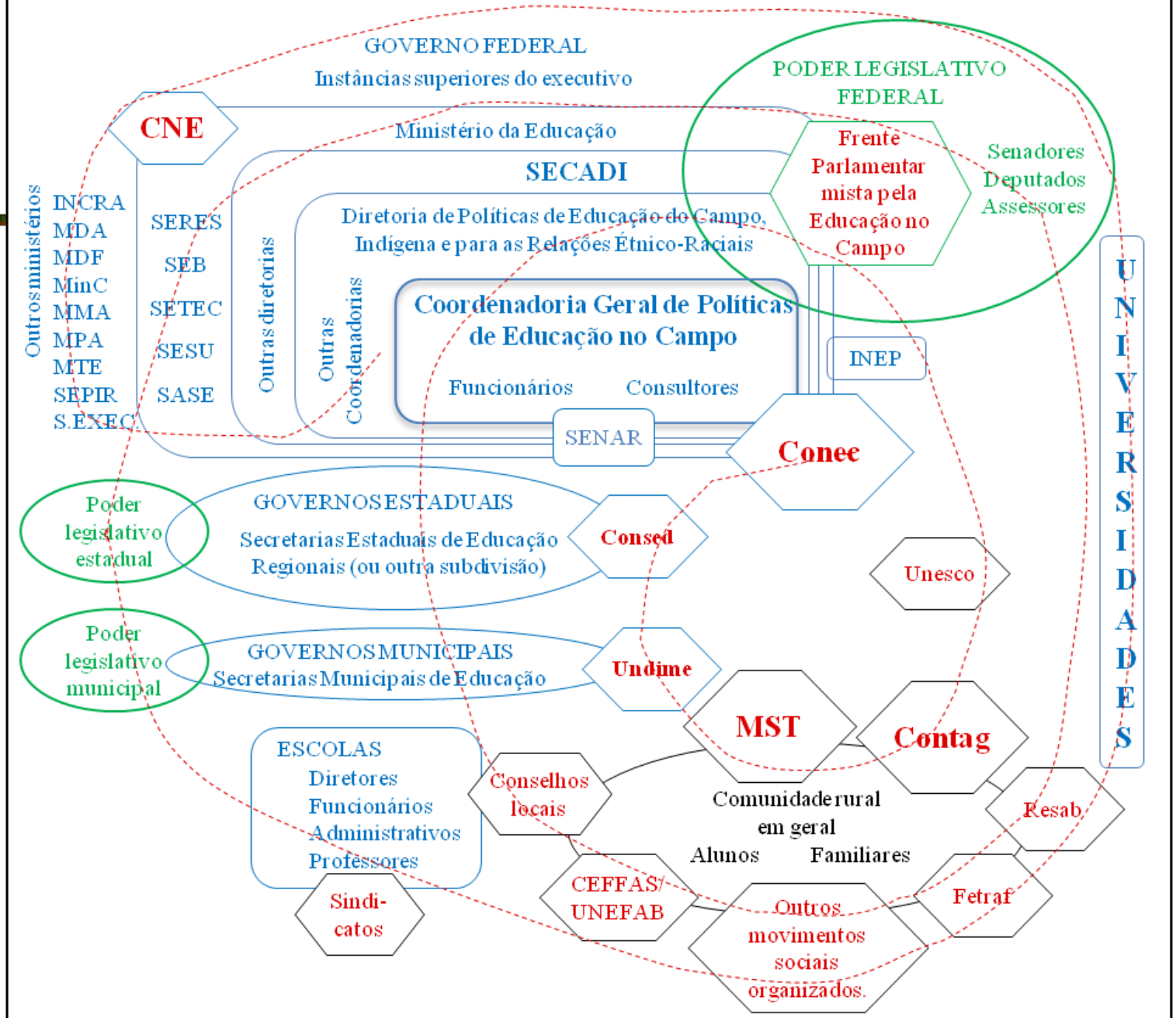
•ORGANIZAÇÕES HÍBRIDAS E MOVIMENTO SOCIAIS ORGANIZADOS

- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)
- Conselho Nacional de Educação (CNE)
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
- Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf)
- Rede de Educação do Semi-Arido Brasileiro (Resab)
- Centros Educativos Familiares de Formação em Alternância (Ceffas)
- União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab)
- Outros movimentos sociais organizados
- Comissão Nacional de Educação no Campo (Conec)
- Fórum Permanente de Pesquisa em Educação no Campo (Fonec)

•BENEFICIÁRIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

- Estudantes da zona rural (beneficiários diretos)
- Familiares e comunidade rural em geral (beneficiários indiretos)
- Diretores, funcionários administrativos e professores das escolas rurais

FIGURA RICA – PRONACAMPO



Fonte: Ferolla, Marquez Luna, 2013. Figura 17, p. 134

Política	Data	Foco	Objetivos
Projovem Campo – Saberes da Terra	2005	Jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental	Ampliar o acesso e a qualidade da educação. Adequação às características, necessidades e pluralidade de gênero dos povos do campo. Os agricultores recebem uma bolsa de R$ 1.200,00 por um ano e têm de cumprir 75% de frequência. Cursos em sistema de alternância (tempo-escola e tempo-comunidade)
Rede de Educação para a Diversidade	2009	Especialização de docentes e educadores	Fornecer formação semipresencial em diversos módulos que atendem a diferentes realidades do ensino. Há cursos em oito áreas da diversidade: relações étnico-raciais, gênero e diversidade, formação de tutores, jovens e adultos, educação do campo, educação integral e integrada, ambiental e diversidade e cidadania
Procampo (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo)	2009	Educadores dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio nas escolas na área rural	Implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de Ensino Superior, voltados para a formação de educadores para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas rurais
Pronacampo - Programa de Educação para Comunidades Rurais.	2012	Classes multisseriadas	Lançamento de livros didáticos para realidade rural, construção de escolas equipadas, moradia estudantil

Índice de ruralidade:

- Analisa o perfil socioeconômico e o desempenho das escolas públicas brasileiras que ofertaram a educação fundamental (5º e 9º anos) em zonas rurais, comparando-as com escolas localizadas em zonas urbanas.
- Considerando, as Unidades da Federação (UF), a dependência administrativa (estadual e municipal), o local de moradia dos alunos e o perfil socioeconômico destes como fatores de análise, utilizando a base de dados do INEP (PB, CE, IDEB e fluxo escolar) e outras fontes de dados secundários.

Passador, C. S., & Lopes, J. E. F. (2014). Educação do campo no Estado de São Paulo: análise do nível de ruralidade das escolas no desempenho escolar. *Revista do Serviço Público*, 65(1), 87.

Censo Escolar

- Escolas, localização, turmas, matrículas, dependência administrativa, local de moradia dos alunos, idade dos alunos

SAEB
ANRESC (PB)

- Notas dos alunos nas provas de língua portuguesa e matemática e informações socioeconômicas dos alunos participantes da prova Brasil.

Base IDEB / Rendimento escolar

- IDEB, taxa de aprovação, taxa de reprovação, taxa de abandono

O que é urbano no Brasil?

- Pesquisas realizadas em Minas Gerais, por exemplo, indicam que das 853 cidades mineiras, 704 tem menos 5 mil habitantes vivendo de atividades rurais e suas escolas são classificadas como urbanas.

- Ao proceder ao agrupamento das escolas no Brasil, tanto para o 5º quanto para o 9º ano, fica evidenciada a formação de um grupo com melhor desempenho, basicamente composto por escolas urbanas e estaduais, e a formação de outro grupo com pior desempenho, com significativa presença de escolas rurais e municipais.

Resultados:

- À medida que aumenta a proporção de alunos residentes em área rurais nas turmas do 5º e do 9º ano (índice de ruralidade), eleva a idade média dessas turmas, bem como o índice de reprovação e abandono.

- Além disso é observada a queda nos outros indicadores, como IDEB, notas nas provas, aprovação, indicadores socioeconômicos, de suporte familiar, leitura e cultura, bem como disponibilidade e comprometimento.

Ou seja, à medida que aumenta o nível de ruralidade da escola, pior é o seu desempenho em todos os indicadores.

Lopes, José Eduardo Ferreira. *Educação básica do campo no Brasil: organização federativa, perfil socioeconômico e desempenho*. Ribeirão Preto, 2014. 280 p. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Orientadora: Cláudia Souza Passador.

Resultados:

- Ao considerar a relação inversa entre desempenho e nível de ruralidade e a formação de turmas mistas em escolas urbanas com acentuada participação de alunos procedentes de zonas rurais, o desempenho dessas instituições vem sendo comprometido.
- E, sob essa ótica, embora nos últimos 20 anos as iniciativas para a Educação no Campo tenham aumentado consideravelmente, há de se observar que, além da Educação no Campo e a educação da cidade, existe uma situação mista em que, na maior parte das iniciativas, é tratada apenas como educação da cidade, sem considerar a origem e a moradia rural dos educandos.

Resultados:

- A queda no desempenho se acentua ao comparar o 5º ao 9º ano.
- Os alunos para o ensino médio devem se deslocar das zonas rurais para a cidade, sendo que, com o fato de muitos deles serem trabalhadores rurais, tendo que fazer longos percursos entre o local da moradia, trabalho e escola, além da dissonância entre os ciclos de produção e o calendário escolar, são esperados altos índices de evasão, repetência e distorção idade-série. Tal situação poderia contribuir para o baixo desempenho dos 9º anos em relação aos 5º anos, quando se observam os indicadores taxa de aprovação, taxa de abandono e IDEB.

Desafios

- A educação do campo é um tema relativamente novo.
- O movimento da Educação do Campo representa a continuidade histórica desse processo a partir da década de 90, no período de emergência dos movimentos sociais rurais no contexto da sociedade civil organizada, depois de um gigante período de clandestinidade durante a ditadura militar no Brasil.
- Assim, a partir desse momento, tem início entre os povos do campo a construção de uma perspectiva crítica sobre a educação oficialmente dirigida para o meio rural, a chamada ‘educação rural’, e a construção do que veio a ser denominado de Educação no Campo.

Brasil equivocado

- Os dados refletem a desigualdade educacional e as diferentes condições de oferta entre regiões mais e menos desenvolvidas resultantes, dentre outros fatores, da assimetria entre as condições econômicas dos entes federados, dos moldes de atuação do poder público, da relação entre o governo federal e os demais entes federados (estados e municípios) e da distribuição de competências prevista constitucionalmente.
- MEC e o IBGE desconsideram a realidade do aluno, seu local de moradia, costumes, cultura e comportamento. Assim, por não estar em uma escola adequada ao seu meio de vida, o desempenho do aluno de cidades rurais e residentes em zona rural é comprometido.
- O Estado brasileiro acaba oferecendo uma política pública de educação fundamental para um país que não existe de fato.

Pandemia 2020 e Pedagogia de Alternância

Atividades pedagógicas com aulas não presenciais (Tempo comunidade)

+

Plano Pedagógico Especial nas Escolas Famílias Agrícola - EFAs

(não apenas conteudistas, mas com interações múltiplas com as famílias e estudantes usando ferramentas remotas)

Formação humana integral (tempo comunidade e tempo escola com componentes curriculares e instrumentos pedagógicos específicos e com caráter local)

EFAs

- A Escola Família Agrícola (EFAs) é uma instituição de caráter comunitário gerido por uma associação de famílias e ex-estudantes com o objetivo de promover a formação integral dos filhos e filhas dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, visando o desenvolvimento local, via educação por alternância.

Concepções, fundamentos e diretrizes

- Casa Familiar Rural, EFAs e Pedagogia de Alternância;
- Formação integral;
- Conhecimento empírico e científico;
- Educação contextualizada no campo;
- Formar cidadãos críticos e propositivos;
- Busca uma escola cúmplice dos processos de desenvolvimento local e sustentável;
- Influência de Paulo Freire.

Aplicação da alternância real

- Assegura o direito dos estudantes nos processos formativos por meio da pedagogia da alternância;
- Orienta aos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação para normas específicas sobre os cursos que utilizam a pedagogia da alternância;
- Combinação de períodos atendendo às exigências legais para o cumprimento da carga horária efetiva dos dias letivos;
- Organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região;

Educação Contextualizada

- 260 escolas hoje com pedagogia da alternância integrativa, presente em 20 estados brasileiros;

- Dados do INCRA, informam que o orçamento da educação no campo caiu de 70 milhões em 2008 para 12 milhões em 2019.

Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - SIMEC

FORMAÇÃO ESCOLA DA TERRA 2.0

- Promover a formação continuada de professores para que atendam às necessidades específicas de funcionamento das escolas do campo e daquelas localizadas em comunidades quilombolas, oferecer recursos: livros do PNLD Campo e Kit pedagógico que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas, apoiar técnica e financeiramente aos estados, Distrito Federal e municípios para a ampliação e a qualificação da oferta de educação básica às populações do campo e quilombolas em seus respectivos sistemas de ensino;
- O Escola da Terra compreende quatro ações: formação continuada e acompanhada de professores que trabalham com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental em escolas multisseriadas no campo e em escolas quilombolas, além dos assessores pedagógicos que terão a função de tutores; oferta de materiais didáticos e pedagógicos; monitoramento e avaliação; gestão, controle e mobilização social;

- Público-Alvo: Secretaria estadual, distrital ou municipal de educação.

Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - SIMEC PROJOVEM CAMPO

- O ProJovem Campo - Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico- racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo.

PROJOVEM CAMPO

- O modelo do Projovem Campo – Saberes da Terra compreende 2.400 horas ministradas em dois anos, sendo parte na sala de aula e parte na propriedade do jovem.

- O currículo aborda cinco temas:
  - sistema de produção e processo de trabalho agrícola;
  - desenvolvimento sustentável e solidário;
  - economia solidária;
  - cidadania, organização social e política pública;
  - agricultura familiar, etnia, cultura e identidade.

  Além dos conteúdos profissionais, os alunos estudam linguagens, ciências exatas, formação humana e profissional.

E o novo rural?

- Pesquisar a educação no campo leva-nos ao desafio de repensar a escola e ao de fazer do campo um objeto central de estudo sistemático e rigoroso, integrando o perfil de formação dos educadores do campo, o conteúdo pedagógico e o esforço teórico de compreensão e análise das especificidades do campo, nas tensões entre particularidade e universalidade.

- O desafio na atualidade exige ultrapassar as contradições entre burguesia agrária do *agribusiness* e a agricultura familiar.

Educação no Campo

- Como lembra Prado Júnior (1998), repensar o desenvolvimento significa atuar na construção de um projeto popular de agricultura que:
  - Valorize a agricultura familiar;
  - Percorra temáticas, como a questão do território, a formação econômica do Brasil, a questão agrária, a formação do povo brasileiro, as relações de trabalho e a soberania da natureza;
  - Supere a oposição entre campo e cidade e a visão predominante de que o moderno e avançado é sempre urbano, e que a evolução de um país se mede pela diminuição da sua população rural;
  - Ao sentido oposto da visão do rural condicionada às matrizes culturais escravistas, latifundiárias e oligárquicas, aliadas ao projeto de modernização conservadora do campo, levando em conta as forças e fraquezas de nosso passado colonial de caráter contraditório, restrito e conservador.

Bibliografia

PASSADOR. C.S.. **A Educação Rural no Brasil: o caso da escola do campo no Paraná**. São Paulo: Annablume, 2006.

ALVES, T.; PASSADOR, C.S. **Educação Pública no Brasil: condições de oferta, nível socioeconômico dos alunos e avaliação**. 1. ed. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, Inep, 2011. 207 p.

MEDEIROS, M.L.; PASSADOR, J.L.; PASSADOR, C.S. **Gestão e Complexidade na Escola Pública.** 1. ed. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, Inep, 2013. 301 p.

PASSADOR, C.S.; SALVETTI, T. S. Gestão Democrática e Estudos Organizacionais Críticos: Convergências Teóricas. **Revista Educação e Sociedade**, CEDES, UNICAMP, v. 34, pp. 477-492, 2013.

FEROLLA, L. M. **Processos colaborativos na gestão pública: estudo das relações estabelecidas no contexto do Programa Nacional de Educação do Campo.** Ribeirão Preto, 2013. 206 p. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Orientador: Passador, João Luiz.

LOPES, J. E. F. **Educação básica do campo no Brasil: organização federativa, perfil socioeconômico e desempenho.** Ribeirão Preto, 2014. 280 p. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Orientadora: Cláudia Souza Passador.

Bibliografia

Passador, C. S., & Lopes, J. E. F. (2014). Educação do campo no Estado de São Paulo: análise do nível de ruralidade das escolas no desempenho escolar. **Revista do Serviço Público**, 65(1), 87.

MEDEIROS, M. L.; FEROLLA, L. M.; PASSADOR, C. S.; PASSADOR, João Luiz. Gestão escolar: afinal, que fins estão sendo buscados? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 30, p. 115-138, 2014.

MEDEIROS, M. L.; VANTINI, C. B. A.; PASSADOR, C. S.; PASSADOR, João Luiz. Diretor de escola pública: da totalidade a centralidade? **Nucleus** (Ituverava. Impresso), v. 11, p. 7-22, 2014

PASSADOR, C. S. **Observações sobre educação no campo e desenvolvimento no Brasil.** São Paulo: Annablume; Brasília: INEP-CAPES-IPEA, 2016. Cátedra Anísio Teixeira.

CORRÊA, V. ; PASSADOR, C. S. **O campo do conhecimento em administração pública no Brasil: uma análise a partir do olhar do Guerreiro Ramos.** Brasília: ENAP, 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEA-RP

Profa. Dra. Claudia Souza Passador

cspassador@usp.br

@claudiaspassador

Claudia Souza Passador

GPublic – Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas